

RESENHAS

DULLEY, Iracema. 2015. *Os nomes dos outros: etnografia e diferença em Roy Wagner*. São Paulo: Humanitas/FAPESP. 251pp.

ESMAEL ALVES DE OLIVEIRA

Resultado da tese de doutorado de Iracema Dulley defendida em 2013 na Universidade de São Paulo, o livro *Os nomes dos Outros* apresenta uma contribuição importante ao campo da antropologia contemporânea, seja pelo aspecto teórico, seja pelo aspecto metodológico. Ancorada em uma perspectiva interdisciplinar, com claro e deliberado diálogo com a filosofia de Jacques Derrida, a autora nos possibilita uma releitura do pensamento de Roy Wagner a partir das categorias etnografia e diferença.

Sem abrir mão do rigor teórico-conceitual, a obra possibilita ao leitor uma leitura fluída e livre das artimanhas de um vocabulário barroco. Ao longo dos capítulos, somos conduzidos pelas tessituras narrativas que ajudam a compor o cenário da escrita. Livre de uma perspectiva objetivista, mas sem cair num subjetivismo, acompanhamos as tramas que cercam a construção do problema de pesquisa como também o próprio trabalho de campo, marcado por encontros, diálogos, equívocos, “equivocações”, políticas e po-éticas.

Desde o primeiro capítulo somos confrontados com as questões que nortearão todo o trabalho: linguagem, narrativa e representação. Afinal, em que medida a etnografia, enquanto regime discursivo, não está enredada nas artimanhas de certa linguagem que ao intentar compreender a alteridade (será possível?) acaba por aprisioná-la numa discursividade logocêntrica? Não por acaso “nome” seja um dos termos centrais ao título do livro. A nomeação, um dos dispositivos da representação, remete a uma lógica de relações nem sempre simétricas: há, por um lado, o que nomeia e, por outro, quem é nomeado. Nesse movimento, por vezes a coetaneidade, a voz, a alteridade são subtraídas. Como numa relação de figura-fundo, não seria o dispositivo de alteridade/diferença o dilema insolúvel da antropologia? Não seria este impasse mais que uma questão teórico-conceitual (linguagem/simbolismo, invenção/convenção), uma questão ético-política (*différance*)?

O livro está dividido em seis capítulos. De modo geral, o capítulo um é a localização do trabalho de campo da autora. O segundo é uma apresentação de alguns aspectos da reflexão de Jacques Derrida e suas possíveis conexões com o pensamento de Roy Wagner. Os capítulos três, quatro e cinco refletem sobre questões de ordem teórico-metodológica da antropologia feita por Roy Wagner, dando atenção principalmente a aspectos conceituais. Já a título de conclusão, no sexto e último capítulo, ao retomar a obra de Wagner à luz do pensamento desconstrucionista de Derrida, tomando como pano de fundo

o contraste *différance*-derridiano *versus* dif/ferença-wagneriano, a autora evidencia as armadilhas da busca pela totalidade.

Sem perder de vista a dimensão contextual, cara ao pensamento antropológico, Dulley tanto apresenta o pano de fundo em que desenvolve sua pesquisa, como também localiza a trajetória e o pensamento de Roy Wagner num cenário mais amplo, apontando as contribuições e os desdobramentos do pensamento do autor sem cair num historicismo vazio. Contudo, deixando de lado uma perspectiva linear, me ateei a alguns aspectos que considero centrais na obra e que são responsáveis pelo encadeamento lógico-argumentativo da narrativa, que poderia ser articulada por meio das seguintes perguntas: em que medida a obra wagneriana realmente representa uma ruptura com o *mainstream* antropológico? E, de que modo, ao afirmar que o “outro” não é o “mesmo”, por si só se torna condição suficiente para a superação das assimetrias? Outrossim, será que o fato de se considerar o modelo antropológico como sendo distinto do sistema nativo é suficiente para contornar os dilemas que cercam as representações sobre o Outro? (Cf. WAGNER, R. “Existem grupos sociais nas terras altas da Nova Guiné?”) É o que a leitura do livro de Iracema Dulley nos provoca a pensar.

A busca por equivalências, o foco na homologia em detrimento da analogia, o privilégio dado à escrita em detrimento da fala e da imagem, a dicotomia entre ação e pensamento, seriam o cerne da crítica elaborada por Wagner ao modo de como o pensamento antropológico estabeleceu seus paradigmas. Por outro lado, segundo a leitura de Wagner feita por Dulley, seria possível encontrar no pensamento wagneriano algumas propostas de ruptura com este modelo hegemônico a partir dos conceitos de obviação, holografia, fractalidade, automodelagem, dialética, eliciação. Em todos eles, existe preocupação de Wagner com o caráter paradoxal da relação antropológica. Se por um lado, há a busca pela compreensão pelo universo alheio na tentativa de encontrar equivalências, por outro, esse procedimento mostra-se possível e alcançável? Nesse sentido, não seria errôneo afirmar que o livro de Dulley é uma reflexão sobre os dilemas que cercam tanto a compreensão quanto a relação com a alteridade. Afinal, seria possível um “nós” sem um “outro”? Além disso, que outro é esse de que estamos falando?

A crítica elaborada por Wagner, e apresentada por Dulley, não pode ser isolada de uma série de reflexões no interior da disciplina emergentes pelo menos desde a década de 1960 (Cf. ORTNER, S. “Teoria na antropologia desde os anos 60”). Embora Wagner não se autoassocie ao grupo dos chamados pós-modernos, como aponta Dulley, podemos afirmar que alguns dos pressupostos críticos da obra wagneriana encontram paralelos significativos com este paradigma, principalmente no que tange ao questionamento do caráter arbitrário das representações sobre o outro e os limites da própria reflexão etnográfica, apontando assim para a importância de que a prática antropológica seja constantemente pensada e repensada. Por vezes temos falado de distintas experiências de mundo, de relações, modos de ser e estar no mundo, como se estivéssemos falando das mesmas experiências, realidades, problemas, perspectivas, categorias de entendimento. Pouco tem se compreendido sobre os regimes de saber-poder que constituem na visão de mundo sobre a diferença. Abre-se mão da relação em nome de práticas/discursos totalizantes. É justamente o cerne destes dilemas que o livro de Iracema Dulley problematiza. Conforme dirá Viveiros de Castro (in “Metafísicas Canibais”), leitor arguto de Roy Wagner, “O equívoco não é o que impede a relação, mas aquilo que a funda e a propela. Traduzir é presumir que

há desde sempre e para sempre um equívoco; é comunicar pela diferença, em vez de silenciar o outro ao presumir uma univocidade originária e uma redundância última entre o que ele e nós “estávamos dizendo”. Encarar a relação etnográfica e a escrita que se estabelece a partir dela como um paradoxo de linguagens, de relações, de sentido, é apontar para os limites de uma certa linguagem, como propõe Marilyn Strathern (in “O limite de uma certa linguagem”), – e por que não dizer prática? Assim, o diálogo estabelecido por Dulley entre o pensamento de Wagner e o de Derrida mostra-se oportuno e instigante. Quando Wagner questiona a lógica de representação do nós-antropólogos sobre o eles-Outros, estaria se aproximando da *différance* derridiana? Ambos, cada um a seu modo e a partir de interesses específicos, não estariam alertando para o caráter aporético do próprio conhecimento?

Por outro lado, o fato de se evidenciar o caráter inventivo do fazer antropológico seria suficientemente capaz de suspender ou anular as contradições na forma como nosso pensamento sobre o outro se constitui? Portanto, Wagner ao apresentar, dentre outros aspectos, o paradigma invenção *vs* convenção não teria permanecido amarrado ao nó que pretendia desamarar (caps. 4-5)? E esse é um aspecto que não deixa de ser considerado pela autora, que não se permite capturar pelos argumentos wagnerianos.

A crítica central apresentada pela autora em relação ao pensamento de Roy Wagner seria justamente a de que, o autor ao abrir mão da *différance* em nome da reprodução e da totalidade (que intenta evitar), acaba por eclipsar os dispositivos de significação que tem constituído essa alteridade radical na antropologia. Afinal, de que outro(s) temos falado? Como ignorar as complexas redes de interação e relações de poder que constituem as relações intersubjetivas de nomeação e auto-nomeação? Como ignorar o fato de que a nomeação não é privilégio do fazer antropológico e que, portanto, a relação nós-Eles não se reduz a interação “antropólogo-interlocutores”, mas é um processo constituinte de todas as relações humanas vinculadas a projetos, agenciamentos e intencionalidades? Assim, evidenciar o processo de criação de categorias analíticas resolve o problema dos modelos hegemônicos? Quem tem o privilégio de dizer de si mesmo, de dizer sobre o Outro, e quais os “ditos”/“nomes” que devem prevalecer – e que têm prevalecido?

Dulley, ao finalizar a obra, aponta que “circunscrever a diferença com os nomes da alteridade seria, assim, determinar de antemão uma presença, uma persistência, em vez de observar o deslocamento de traços em uma cadeia de significações virtualmente infinita porque indeterminada. Rasurar a alteridade significaria aceitar a diferença como indecível porque rastro sem origem” (p. 237). Mas seria essa circunscrição prévia da diferença a única possível? Por outro lado, a simples observação do deslocamento seria suficiente para sua superação?

Muitas nomeações têm sido produzidas ao longo história ocidental. Desde o Outro como “selvagem”, “sem alma”, “sem civilização”, “sem cultura” até os atuais processos de negação aos modos de vida e às condições concretas de existência de grupos sociais minoritários. Enfim, realidades que não deixam de resvalar em nossas práticas antro-po-lógicas. Assim o pensamento de Roy Wagner, apesar dos possíveis limites apontados por Dulley, encontra seu valor e atualidade ao nos ajudar a compreender o caráter auto-reflexivo da antropologia. E talvez o grande contributo do autor seja justamente o de indicar que a antropologia, em seu processo de tentativa de compreensão do *anthropos*, não está livre da responsabilidade de pensar criticamente sobre as categorias e procedimentos analíticos que utiliza.

Em tal itinerário, os equívocos são necessários e desejáveis. Deste modo, inspirados no projeto de equívocos viveiro-wagneriano, podemos pensar que talvez o trabalho de Roy Wagner tenha muito mais em comum com Derrida do que imaginamos, ao reconhecer, cada um ao seu modo (e sem perder de vista as especificidades entre filosofia e antropologia – Cf. VIVEIROS DE CASTRO, E. “Se Tudo é Humano, Então Tudo é Perigoso”), que nossos discursos e nossas práticas sobre o(s) Outro(s) não são transparentes, mas vinculados a um projeto ético-político cuja prática (seja filosófica ou antropológica) está autoimplicada. Por fim cabe somente indagar, se o reconhecimento dos limites da linguagem por si só é capaz de esfumegar e fazer desaparecer a fronteira que separa o mesmo e o outro (p.234).

Esmael Alves de Oliveira é doutor em Antropologia pelo PPGAS/UFSC e docente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Grande Dourados.

RECEBIDO: 13/02/2017

APROVADO: 10/10/2017